

ONDE ESTÃO AS LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA?

Where are the struggles for land reform?

Flávio Lazzarin*
Ruben Siqueira**

Resumo

Celebrando 40 anos da presença fraterna e sororal da CPT junto às comunidades do campesinato oprimido e resistente, neste artigo buscamos evidenciar os atuais sujeitos emergentes da luta por terra, após a evidente falência das políticas públicas, erroneamente chamadas de reforma agrária. Sem mitificar as atuais lutas camponesas no Brasil, protagonizadas sobretudo por povos originários e comunidades tradicionais, pomos o acento sobre os paradigmas da resistência e da autonomia territorial, à revelia do capital e do Estado. Entre as várias "vias campesinas", destacamos o movimento dos quilombolas e o dos povos do Xingu. Em suma, apoiamos a perspectiva de uma reforma agrária construída a partir da iniciativa camponesa. Ao mesmo tempo, apontamos para a fundamental importância das religiosidades e espiritualidades nos processos atuais de organização, articulação e mobilização dos movimentos sociais no campo.

Palavras-chave: territórios, autonomia, descolonização, violência, insurgência, Estado, Reforma Agrária, espiritualidades, macroecumenismo.

*(...) o campesinato que poucas vezes chega ao poder, ou mais frequentemente ele aparece como um elemento na composição do poder, quando tem algum sucesso, mas mais frequentemente o campesinato que está presente nas lutas sociais é deslocado dos sistemas de poder.
(Octávio Ianni, A utopia camponesa¹)*

Tendo todo cuidado para não mitificar as atuais lutas camponesas no Brasil, tentamos neste artigo refletir criticamente sobre a permanência e diversificação da visão da reforma agrária gestada, nestas últimas quatro décadas, pelas várias "vias campesinas". Dados de conflitos no campo, documentados pela CPT nos últimos 31 anos, nos balizam. E, ao mesmo tempo, apontamos para a fundamental importância das religiosidades e espiritualidades nos processos atuais de organização, articulação e mobilização dos movimentos sociais no campo.

Estamos numa estação dramática da história do Brasil e do mundo, mas "brasileiros: profissão esperança", não nos deixamos influenciar por queixumes e lamentações, nem pela repetição psicótica de dialéticas datadas e inúteis que não irão "salvar" a gente da trágica e sombria conjuntura que estamos vivendo. Em alternativa às falsas polarizações, que ainda

*Padre, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão.

** Assessor da CPT na Bahia, membro da Coordenação Executiva Nacional da CPT

¹ IX Encontro Anual da ANPOCS – GT "Estado e Agricultura". Águas de São Pedro, 22 a 25 de outubro de 1985. Disponível em:

http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6122&Itemid=372.

Acesso em 31 de jul. 2016.

perturbam significativos setores da sociedade civil, ousamos afirmar que, desde o começo da trajetória governista do PT, não existe polarização nenhuma face à lógica da conciliação de classes, que resultou no condomínio do "centrão"² e à custa de promiscuidade com o agronegócio e o capital variamente oligopolizado.

Hoje é mesmo necessário polarizar contra a polarização espetacular e oportunista. O novo polo não é ilusão, porque, de fato, existem, há décadas, movimentos que agem e que pensam a partir da crise civilizacional do Antropoceno, nova era geológica em que é o ser humano o principal responsável pelos problemas ambientais que sofre o planeta crescentemente. Ser contra as causas e os causadores desta crise significa ser a favor de novas matrizes energéticas, que dispensam petróleo e hidrocarbonetos, hidrelétricas e falsas “energias limpas”. E ser aliado de lutas contra o agronegócio e a mineração sem freios que destroem, junto com biomas e ecossistemas, a vida de seres humanos. Aqui estão os pobres e os povos que teimosamente acompanhamos, há mais de quarenta anos. E que sempre perderam as eleições! Reduzir a análise das conjunturas à crise da mediação política é aceitar de se conformar à navegação de pequena cabotagem, quando, por lutas e reflexões, já tínhamos alcançado o mar aberto.

É verdade: os números e os fatos que apresentam a crônica violência no campo, publicados anualmente pela CPT, espantam e indignam. Mas também encorajam os dados da resistência e da luta camponesa. Entre 1985 e 2015, em 31 anos de documentação, a CPT registrou 24.077 conflitos de terra, envolvendo 13,32 milhões de pessoas e quase 360 milhões de hectares. O Quadro I e o Gráfico I abaixo revelam a evolução quantitativa dos conflitos por terra nestes 31 anos, em que se repara a tendência de crescimento nos últimos anos, depois de grande elevação do número no início dos governos do PT (2003), com declínio posterior e crescimento nos anos recentes, do segundo mandato presencial de Lula aos de Dilma (2008/2015). Não é o caso, porém, das ocupações de terra e dos acampamentos, principais instrumentos de pressão dos movimentos dos sem-terra pela reforma agrária, que decaem. Que categoria, então, de camponeses está na elevação do número de conflitos pela terra neste período?

Bloqueadas as lutas diretas pela reforma agrária nos arranjos dos governos de coalização, como requisito do projeto petista de desenvolvimentismo via conciliação de

² Na Câmara Federal, o grupo de deputados de pouca expressão, do chamado “baixo clero”, que sob a liderança do deputado Eduardo Cunha, do PMDB-RJ, dominou as decisões na última legislatura.

classes, o avanço dos empreendimentos públicos e privados sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais fez destes os principais sujeitos da luta pela reforma agrária nos anos recentes³. O Gráfico II adiante o revela.

Também a violência nestes conflitos seguiu tendência de queda no início dos governos do PT para voltar a crescer nos anos recentes, o que se evidencia no número de assassinatos no campo, conforme o Gráfico III abaixo. Até 10 de agosto de 2016, já foram 39 assassinatos, com probabilidade de superar o número de 2015.

³ No texto de análise dos dados gerais dos conflitos no campo em 2014, o professor Ariovaldo U. de Oliveira, mostra que sob a manipulação de dados oficiais sobre a reforma agrária e resultados de fraudes por agentes do INCRA houve durante os governos do PT uma reconcentração da terra no Brasil, uma verdadeira contra-reforma agrária. E o *front* da luta pela reforma agrária passou a ser a resistência dos posseiros e a retomada ou a busca da garantia nos territórios preservados ou conquistados por povos e comunidades tradicionais. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, *Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta*. In: VV.AA. *Conflitos no Campo Brasil 2015*. Goiânia, CEDOC Com Tomás Baldino / CPT – Comissão Pastoral da Terra, 2016: 28-42. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>. Acesso em: 10 ago 2016.

Quadro I – Conflitos por Terra - Ocupações - Acampamentos Brasil 1985/2015

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Conflitos por Terra	636	634	582	621	500	401	383	361	361	379	440
Conflitos sem ocupações	636	634	582	550	419	349	306	280	272	260	294
Ocupações				71	81	52	77	81	89	119	146
Acampamentos											
Total conf. Terra											
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	49	35	42	36	39
Pessoas Envolvidas	405456	594448	667177	403733	192533	191550	242196	154223	252236	237501	318458
Hectares Conflitivos	9557902	12615947	17633879	156866237	14480254	13835756	7037722	5692211	3221252	1819963	3250731

Continuação...

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos por Terra	653	658	751	277	174	366	495	659	752	777	761
Conflitos sem ocupações	255	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
Ocupações	398	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
Acampamentos						65	64	285	150	90	67
Total conf. Terra				870	564	681	743	1335	1398	1304	1212
Assassinatos	46	29	38	27	20	26	42	70	30	38	33
Pessoas Envolvidas	481490	477105	662590	536220	439805	418425	425780	1127205	965710	803850	703250
Hectares Conflitivos	3395657	3034706	4060181	3683020	1864002	2214930	3066436	3831405	5069399	11487072	5051348

Continuação...

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Conflitos por Terra	615	459	528	638	805	816	763	793	771		
Conflitos sem ocupações	615	459	528	638	805	816	763	793	771		
Ocupações	364	252	290	180	200	238	230	205	200	7404	Ocupações
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	984	Acampamentos
Total conf. Terra	1027	751	854	853	1035	1067	1007	1018	998	24077	Nº de conflitos por terra
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	1106	Assassinatos
Pessoas Envolvidas	612000	354225	415290	351935	458675	460565	435075	600240	603290	13325155	Pessoas Envolvidas
Hectares Conflitivos	8420083	6568755	15116590	13312343	14410626	13181570	6228667	8134241	21387160	359722317	Hectares Conflitivos

Gráfico I – Evolução dos Conflitos por Terra no Brasil 1985/2015

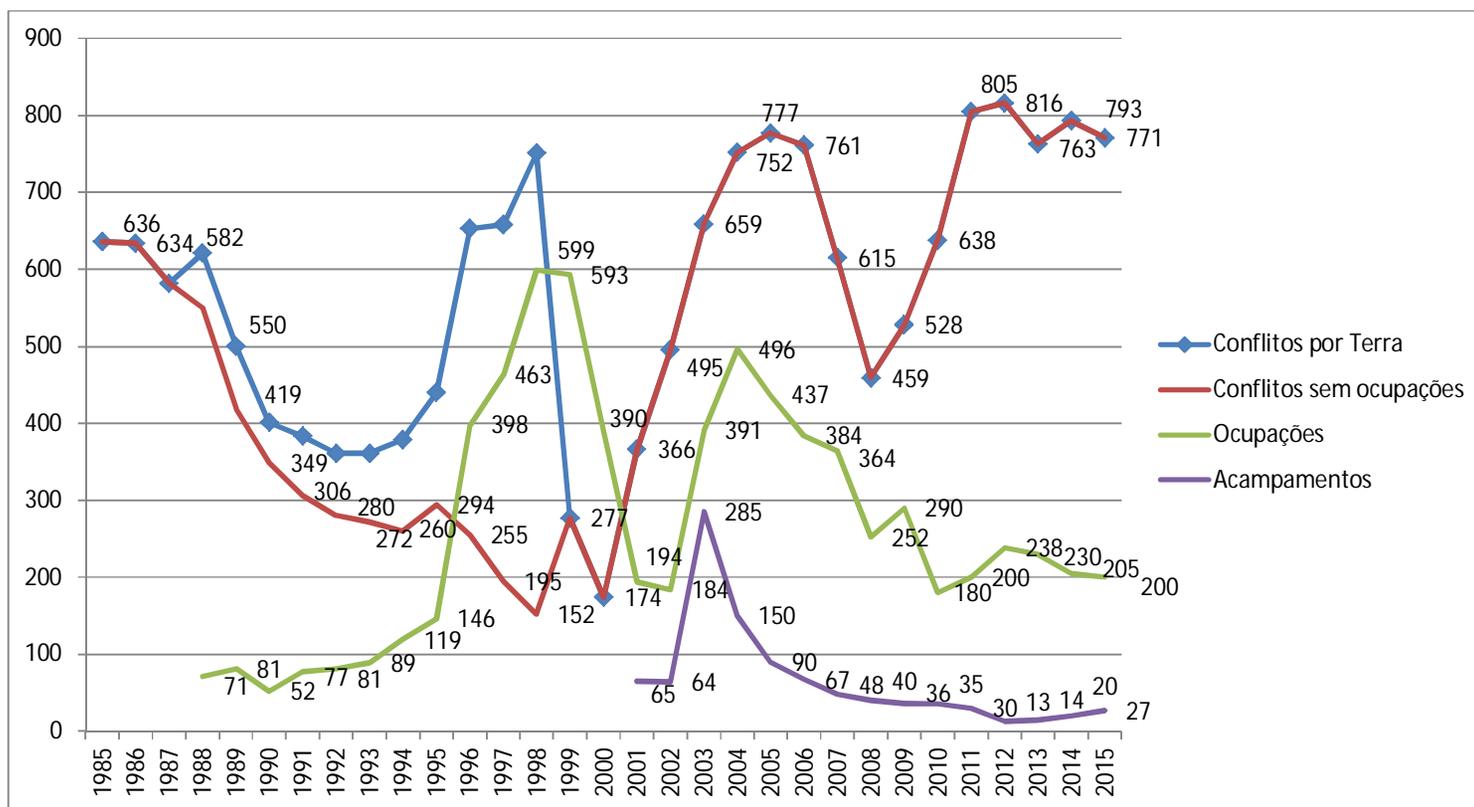
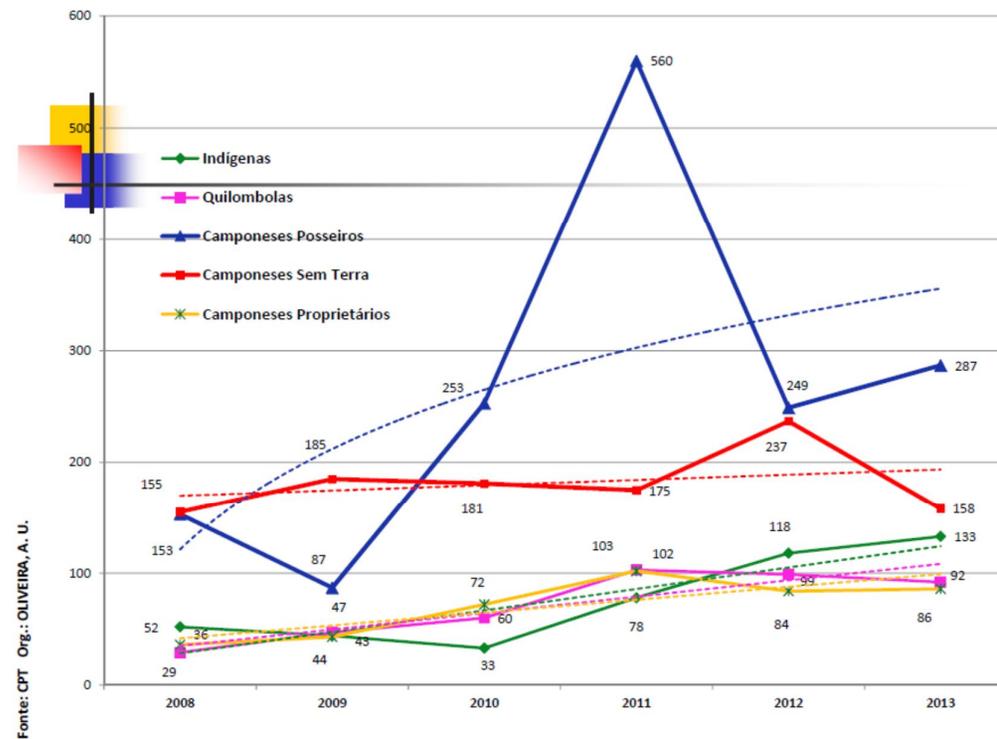
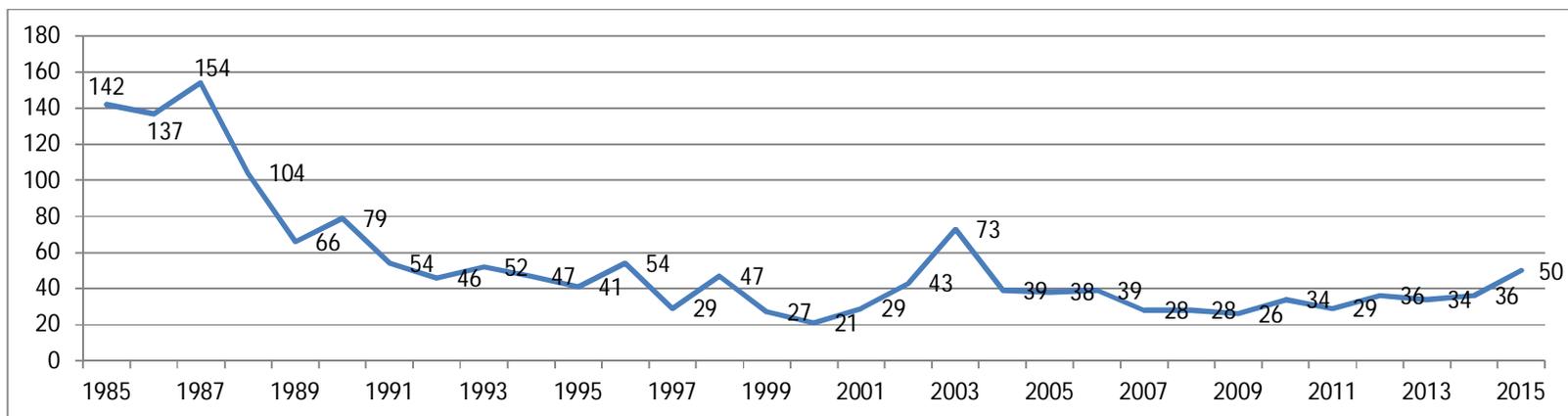


Gráfico II – Evolução dos Números de Conflitos por Terra – Indígenas, Quilombolas, Possseiros, Sem-Terra, Pequenos Proprietários⁴



⁴ OLIVEIRA, Arioaldo U. de, Questão Agrária, conflitos e ações emancipatórias. Apresentação no VII SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Goiânia, UFG, 03 no 2015.

Gráfico III - Assassinatos 1985/2015



- Ao final deste artigo veja a metodologia usada na elaboração desses gráficos e tabela (Nota do Editor).

Mas não queremos nos limitar à denúncia documentada dos conflitos, das violências e dos seus responsáveis e considerar as famílias camponesas simplesmente como atingidas ou vítimas de fazendeiros, de empresas e do Estado. Superados o denunciamento e o vitimismo, temos que perceber e tornar visíveis os amplos processos de organização, articulação e mobilização do campesinato brasileiro neste período. As inúmeras pessoas envolvidas em conflitos constituem, antes de tudo, o desafio para articulações e movimentos mais maduros, para acelerar, na diversidade, a convergência das lutas contra seus inimigos comuns articulados. A nossa é, sim, compaixão indignada, mas em função de enfrentamentos não adiáveis.

É prioritariamente necessária, a partir das lutas e resistências descolonizadoras de indígenas e camponesas do Brasil e da América Latina, a *Abya Ayala*⁵, uma reflexão crítica sobre o Estado. Porque se de fato os povos originários, as comunidades tradicionais, os sem-terra, são hoje os que mais enfrentam as agressões das empresas que colonizam o campo e a floresta, é o Estado, refém do mercado e das bolsas de valores, que banca e institucionaliza os processos de exclusão e perseguição a estes sujeitos da luta⁶. Esta cumplicidade se dá pelo pacto das elites globalizadas que submetem o Executivo; manipulam o Legislativo que flexibiliza ou desregula o aparato institucional; influenciam decisivamente amplos setores do Judiciário. O respaldo vem das mídias corporativas e da violência das polícias, herdeiras da mentalidade do coronelismo e da Ditadura Civil-Militar. É o Estado que decide e implementa as políticas públicas para/contra os povos indígenas e o campesinato. São políticas que desmentem o legado da Constituição de 1988, pois atentam contra direitos consolidados e, quando implementadas, revelam-se parciais, insuficientes, em suma, funcionais aos interesses do desenvolvimento capitalista e a expropriação territorial dos povos. Sendo que é o Estado o interlocutor inevitável das demandas dos movimentos sociais, ele, com a sua constitutiva incapacidade de respostas adequadas, reaparece como o secular inimigo dos povos.

⁵ **Abya Yala** é o nome dado ao que era o território americano pelo povo Kuna do Panamá e da Colômbia antes da chegada de Colombo; quer dizer "terra de pleno amadurecimento ou terra do sangue vital" (traduzido pelo autor, de https://es.wikipedia.org/wiki/Abya_Yala).

⁶ Diz bem o Subcomandante Marcos: "Os políticos não passam de balconistas do mercado mundial", in *Por que combatemos? Quarta guerra mundial*, 1997. Disponível em: <http://www.pampalivre.info/quartaquerra.htm>. Acessado em 19 de jun. 2015.

Todavia, temos a obrigação crítica de entender e deslindar o Estado brasileiro. Ele tem especificidades, que o diferenciam do Estado liberal vigente em outros países. Ignorar estas especificidades significa cair em equívocos políticos, errar estratégias e fadar nossas contribuições para a transformação da sociedade ao insucesso, à derrota. Devemos entender como o Estado brasileiro nasceu, se desenvolveu, se modificou ao longo dos séculos e nos perguntar qual é o estado do Estado na atual conjuntura.

Para citar um exemplo deste equívoco, os encontros preparatórios da V Semana Social Brasileira, organizada pela CNBB, em 2014, ignoraram sistematicamente este entendimento do Estado no Brasil. Nos subsídios de reflexão produzidos, não obstante os alertas feitos, foram removidas as contribuições sobre o Estado fornecidas pelos grandes interpretes “antropofágicos” do Brasil: Raimundo Faoro, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, José de Sousa Martins, feitos nos rastros de Karl Marx, Max Weber, Henri Lefebvre, estes amplamente “canibalizados” por aqueles. Assim, o Estado sobre o qual os católicos foram chamados a refletir, até para participar da campanha pela Reforma Política, tornou-se uma ficção metafísica, “uma noite em que todos os gatos são pardos”.

José de Souza Martins, há muito, nos alerta sobre o DNA oligárquico-patrimonialista do Estado no Brasil:

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo ao seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político, programática e ideologicamente orientado pelo primado do moderno, tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais... O poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil (MARTINS, 2011, p. 76).

Após a chamada transição democrática, encerrando-se os 20 anos de Ditadura Civil-Militar, tivemos um processo de modernização da política, em que a Constituição de 1988 é o símbolo da volta ao Estado de Direito e à democracia eleitoral. A Magna Carta reconhece os direitos emergentes ou “novos direitos” (direitos humanos, da criança e do adolescente, do idoso, do meio ambiente, dos povos indígenas, quilombolas, dos negros e dos camponeses) resultantes de demandas coletivas construídas pelas lutas sociais. Mas a chamada Constituição Cidadã ficou letra semi-morta, cada vez mais traída e esquecida. De 88 para cá, essa renovação republicana teve certos avanços na relação entre Estado e movimentos sociais do campo e da cidade, mas sem ameaçar os interesses do capital e garantindo a manutenção do *establishment* oligárquico-patrimonialista.

Lembramos que, nos oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso, em que pese uma arquitetura legislativa construída para inviabilizar as ocupações de terra e com a manutenção de critérios obsoletos para definir a produtividade do latifúndio, foram implementadas políticas – quase todas aproximativas e inconclusas – de desapropriação, regularização fundiária e apoio à "agricultura familiar" a partir das lutas do campesinato. A Reforma Agrária, que nunca aconteceu, era pelo menos traduzida pelas políticas fundiárias e agrárias, parciais, insuficientes e tragicamente inconsequentes do MDA / INCRA, em confronto permanente com os movimentos sociais. Estas circunstâncias de relativos sucessos das lutas camponesas, entre 1980 e 1995, se dão na ausência de outras linhas de financiamentos estatais para as grandes propriedades e a partir do interesse dos latifundiários em vender vantajosamente para o Estado as suas “propriedades”, dados os valores elevados pagos pelas desapropriações para fins de reforma agrária (CARNEIRO, 2015). Isso não mudou nos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e, com uma escandalosa flexão do número de desapropriações e regularizações, manteve-se a maquiagem do diálogo republicano entre Estado e movimentos. Frise-se que, a partir de 1995, as conjunturas do mercado de terras e da expansão capitalista no campo, para produzir *commodities* agrícolas e florestais, contribuem radicalmente para reduzir as conquistas camponesas.

Neste diálogo tiveram papéis importantes lideranças dos movimentos camponeses orgânicas ou cooptadas pelo governo para ocupar espaços de mediação no INCRA, no MDA, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial etc. E o PT, na gestão de Lula e na de Dilma Roussef, na condução condicional do governo federal, gozou do apoio de centrais sindicais e de movimentos sociais outrora muito combativos frente ao Estado.

A partir de 2013, a máscara republicana, moderna, da política brasileira caiu irremediavelmente e o Estado mostrou a sua cara de sempre: elitista, racista, escravocrata e antipopular. Caiu a tese, equivocada desde o início, de um governo em disputa entre as elites e a "esquerda". De fato, a burguesia oligárquica e rentista retoma o controle do poder estatal, incorporando os recém chegados da "esquerda", PT e PCdoB, e obrigando Dilma, no seu segundo mandato, a implementar uma política econômica ainda mais neoliberal, mudanças na legislação que lesam direitos trabalhistas adquiridos nas lutas do passado, e a revogar, na contramão do ditado constitucional, os direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e do campesinato.

Não é saudável esquecer decisões anteriores dos governos Lula e Dilma: a transposição do rio São Francisco, as usinas hidrelétricas de Estreito, Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e do Tapajós, obras que impactam violentamente os biomas e os territórios de povos indígenas e comunidades camponesas. Lembramos também da revisão do Código Florestal e o "debate" sobre o novo Código da Mineração, que facilitam ainda mais a degradação socioambiental. E não esqueçamos o lançamento, em maio de 2015, do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA⁷, que agride novamente o Cerrado, na sua metade que resta.

Mas, como se uma estação da história republicana não tivesse sido definitivamente encerrada, presos numa patológica "coação a repetir", de freudiana memória, os funcionários de "esquerda" que ocupam ministérios, secretarias federais, estaduais e municipais, cargos de confiança nas autarquias que deveriam viabilizar as políticas públicas para indígenas e camponeses, continuam sentados nessas cadeiras, apesar da impotência administrativa a que estão sendo condenados pelas decisões de cortes orçamentários. Condenados, sobretudo, pela renovada política de subestimar e escamotear as demandas populares, enfrentadas exclusivamente pelo colonialismo do Estado e pela violência impune dos agentes públicos e privados: jagunços, pistoleiros, Polícia Militar e Poder Judiciário a serviço das empresas.

Por que ficam? Por falta de leitura crítica da história e da conjuntura? Essa, que parece a mais honrosa das hipóteses interpretativas, se for lida à luz das palavras do teólogo, martirizado pelo nazismo, Dietrich Bonhoeffer, revela-se como a pior das posturas possíveis, condenável ética e politicamente: *"está provado que a tolice não é essencialmente um defeito intelectual, mas um defeito humano"* (BONHOEFFER, 2003, p. 33). Em suma, um impasse de natureza ética. Dito com uma palavra bem teológica, é um pecado.

Parece possível afirmar que as conjunturas políticas destas três décadas, que permitiram certa relação entre Estado e as demandas dos movimentos indígenas e camponeses, esgotaram-se irremediavelmente.

Até recentemente, indígenas e camponeses norteavam suas reivindicações inspirados pela Constituição de 1988 e aceitando o percurso determinado pela legislação e as políticas públicas do Estado: demarcação dos territórios, reforma agrária, regularização fundiária e

⁷ O MATOPIBA, conjunto interestadual do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, abrange 337 municípios e 31 microrregiões, num total de 73 milhões de hectares. Do total da área deste "plano de desenvolvimento", 90,9% são de Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% da Caatinga. Neste território estão localizados 745 assentamentos, 36 territórios quilombolas e 35 terras indígenas.

promoção da produção efetiva e sustentável das famílias camponesas. Era o campo legal da pressão para a efetividade das leis; das lutas contra os privilégios do latifúndio, do agronegócio, da grilagem, da mineração, o PAC; e da mobilização para conquistar leis e políticas públicas em favor da chamada agricultura familiar camponesa.

Este arcabouço legal, que ainda subsiste metafisicamente e pode ainda distribuir migalhas, se apresentava como garantia da especificidade das demandas por terra e territórios, mas acabava também uniformizando burocraticamente identidades (ANDRADE, 2006)⁸ e fragmentando a frente dos povos originários e do campesinato, que têm características irreduzíveis, mas também analogias inegáveis, a partir da sua relação com a terra/territórios, a reprodução cultural, a produção e o mercado. As políticas uniformizantes do Estado tiveram e ainda têm analogia com as simplificações ideológicas de mediadores dos movimentos, que nunca se deram conta, a partir do conceito de classe, da pluralidade cultural e da intencionalidade política dos chamados “sem-terra”.⁹

Histórica e introjetada na ideologia e na prática dos movimentos sociais é a divisão das políticas fundiárias entre “reforma agrária” e “regularização fundiária”. De um lado, temos a reforma agrária dos lotes, de cunho agrarista e distributivista, marcada pela demanda do campesinato “sem terra” de origem europeia, obrigado a ocupar latifúndios e que comportou a redefinição estatal da agricultura camponesa como agricultura familiar. De outro lado, as políticas de demarcação e regularização fundiária, que respondem à demanda dos indígenas, posseiros e inúmeras comunidades tradicionais, sobretudo da Amazônia e do Nordeste, aqueles que enfrentam o latifúndio como “moradores” e que vivem e pensam a terra em termos de território e de convivência comunitária. Divisão esta que reforça à tese de Eduardo Viveiro de Castro, que lê “*o Brasil como um país dividido entre um sul branco e o resto não branco, português, negro no litoral, índio no interior*” (CASTRO, 2014).

Quando, ao encararmos a disputa entre os territórios camponeses e os territórios do capital, sublinhamos a autonomia das comunidades e seus territórios e a oportunidade estratégica de avançar nas retomadas dos territórios, levando em conta as diferentes

⁸ Esta antropóloga, a partir das escutas atentas das especificidades das chamadas populações tradicionais do Maranhão, interpelam e confundem as seguranças acríticas e simplificadoras dos mediadores militantes, preocupados com a eficácia política dos novos movimentos.

⁹ José de Souza Martins coordenou, em 2003, um conjunto de pesquisas qualitativas sobre as subjetividades e os processos culturais dos camponeses assentados. O seu ensaio é uma luz para entender, hoje também, a conjuntura da relação entre mediadores e os sujeitos camponeses, que reaparecem no cenário social e político do Brasil. MARTINS, José do Souza et al., *Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

campesinidades, entramos num campo que não é específico da reforma agrária, entendida como iniciativa do Estado. Talvez, a constatação da inviabilidade da reforma agrária "clássica" e a aposta por uma reforma agrária "popular" – tese recente do MST – possa carregar uma semente de autonomia, visando um processo unitário da movimentação social, de baixo para cima. Otimismo talvez ilusório, se a insistência em privilegiar a realidade de classe impede a escuta antropológica das diferenças. Obrigados pelas conjunturas em que o Estado se nega aos processos de mediação, apoiamos o processo autônomo e unitário da "planície", para, no longo prazo, transformar o "planalto" em "poder obediente" (DUSSEL, 2007) a uma sociedade pluriétnica e multicultural. Ao apostar pelas autonomias territoriais, implicitamente sonhamos com outro Estado e criticamos o atual Estado, que perpetua o legado oligárquico e centralizador, herdado desde o tempo do Império¹⁰.

Portanto, não surpreende o fato que, nesta última década, o governo tenha “cozinhado o galo” das reivindicações quilombolas, como não atendeu, com o corriqueiro estilo moroso, omisso e cúmplice de várias e incontáveis violências, às exigências territoriais dos povos indígenas. A omissão não depende somente do recente papel do Estado, de inspiração lulista, como indutor e financiador do modelo desenvolvimentista capitalista no campo, para se apropriar das riquezas do solo e do subsolo. A elite patrimonialista encara a territorialidade étnica e camponesa como ameaça ao princípio “sagrado” da soberania nacional.

Este princípio jurídico, porém, é defendido e aplicado de forma rígida quando os interesses são dos povos e das classes que reivindicam autonomias e territórios e que se revela escancaradamente flexível quando estão em jogo interesses capitalistas. Com efeito, quem atenta, nestas últimas décadas, contra a soberania territorial do Brasil são os próprios agentes do Estado a serviço do capital globalizado. Em 1997, Milton Santos denunciava, criticando a política econômica de Fernando Henrique Cardoso: *"um novo unitarismo, mais férreo e, ao mesmo tempo, mais desagregador é utilizado, não mais em defesa do território e da nação, mas para facilitar a todo custo, a entrada da globalização"* (SANTOS, 1997).

E são, paradoxalmente, as resistências e as lutas dos povos originários e tradicionais em defesa e conquista de autonomias territoriais que defendem, junto com a nação e sua

¹⁰ "Para começar, peço-lhe que não confunda a Resistência com a oposição política. A oposição não se opõe ao poder, e a sua forma mais perfeita é um partido de oposição. Ao contrário, a Resistência não pode, por definição, ser um partido: ela não foi feita para governar, mas para resistir", segundo Tomás Segovia (1996 apud SUBCOMANDANTE MARCOS, 1997).

soberania territorial efetiva, o sonho de outra civilização, outro jeito agroecológico e energético de convivência.

MOQUIBOM e POVOS DO XINGU

Nestes últimos anos, no Maranhão, surgiu um movimento quilombola, que articula mais de oitenta comunidades - e é referência para 335 quilombos - que reivindicam a legalização dos seus territórios. O MOQUIBOM (Movimento Quilombola da Baixada Ocidental do Maranhão) preenche, a partir da iniciativa política dos quilombolas, o vazio deixado pela reconversão “pelega” e a cooptação do sindicalismo de trabalhadores rurais tradicional, pela traição dos partidos inicialmente ligados aos movimentos sociais e pela incapacidade dos movimentos sociais históricos de entenderem a realidade cultural e territorial dos “posseiros”. O MOQUIBOM se apresenta como um renovado processo de “massa”, que consegue se articular com os povos indígenas e com outros sujeitos camponeses do Maranhão atingidos pelo aumento significativo da investida violenta do latifúndio, do capital e do Estado. E trilha, com passos seguros, para contribuir com uma articulação nacional das mobilizações quilombolas e de outros povos tradicionais. Trata-se de um processo virtuoso de superação da fragmentação a que o sistema obriga as reivindicações, demandas e protestos de indígenas e camponeses. Trata-se da gestação de lideranças populares, que recusam decididamente a interferência de políticos e entidades que se consideram autorizados, institucional ou etnicamente, a serem os mediadores dos conflitos e das, ainda e por enquanto, inevitáveis negociações jurídicas. Trata-se de um fenômeno, ao mesmo tempo incipiente e maduro, de emancipação das relações de lealdade e submissão ao estamento patrimonialista e oligárquico, no Maranhão dominado até 2014 pela família Sarney e ainda marcado, apesar da derrota eleitoral do Sarney, pela herança oligárquica.

Em suma, apesar de limites e ambiguidades, estes quilombolas têm clareza sobre a necessidade tática de reivindicar a aplicação do Decreto Nº 6.040/2007, que instituiu a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”¹¹, para que a lei não seja letra morta. Mas têm igualmente clareza quanto às

¹¹ Art. 3 Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os

suas prioridades estratégicas: a resistência organizada e articulada e o princípio da autonomia camponesa não somente como controle físico e administrativo dos territórios, mas como método de luta. Onde o fim é conjugado e obedecido nas decisões e práticas dos meios. Essa aliança entre povos indígenas, quilombolas, pescadores e comunidades tradicionais camponesas aparece com força também no Norte de Minas Gerais, no Norte do Espírito Santo, na Bahia, em Pernambuco, em especial na Bacia do Rio São Francisco, no Mato Grosso do Sul e até no Rio Grande do Sul.

Sem mitificar o MOQUIBOM, trata-se de um processo exemplar no panorama nacional de reaquecimento das lutas populares e que carrega, em vasos não tão frágeis, o projeto, ainda não completamente patente e maduro, de revisão radical do atual formato do Estado. Muitos camponeses e camponesas, hoje em dia, têm consciência das esquizofrênicas “velas acesas ao diabo e a deus” pelo Estado: a hegemonia do capitalismo que mata e desmata, conjugada com as Secretarias de Direitos Humanos e de Igualdade Racial e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Outro processo exemplar de resistência e de luta territorial se dá com os povos do Xingu atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte. Os Kaiapó do Xingu lideraram um processo de resistência que reuniu povos indígenas, ribeirinhos, pescadores e camponeses da região. Exemplar pela clareza política da decisão de declarar guerra ao Estado governado por Lula, em agosto de 2010, na conclusão do Acampamento Terra Livre, em Altamira, PA. O acampamento foi extremamente significativo também porque o Cacique Raoni e outras lideranças conseguiram hegemonizar o evento, exigindo o respeito prudente e o consequente silêncio de mediadores e entidades já orientadas a descartar a luta em favor de processos de negociação das indenizações. Continua, evidentemente, este impasse e conflito entre entidades e movimentos, caninamente fieis ao desenvolvimentismo do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), e os povos que decidiram resistir e lutar contra o capital e contra o Estado.

Fundamental, nestes ensaios de lutas “de Davi contra Golias”, o legado cultural e político que as sociedades da *Abia Ayala* deixam aos novos movimentos sociais. São sociedades que recusam a subordinação e por isso, controlam o seu chefe, que não impõe leis nem executa sanções, o que não comporta - como intelectuais eurocêtricos afirmam -

artigos 231 da CF e o 68 do Ato das Disposições Transitórias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-norma-pe.html> . Acesso em: 01 ago. 2016.

desorganização e fragmentação, mas, pelo contrário, como afirmou Pierre Clastres, um tão alto nível de organização ao ponto de tornar inviável o aparecimento de um Estado.

A própria Bolívia, no conflito entre o governo de Evo Morales e os povos originários, mostra de forma evidente e incontestável que o embate e a luta devem ser travados contra o sistema capitalista e contra o Estado. O Estado é o problema, em que pesem as maquiagens jurídicas e antropológicas da nova Constituição de 2009. Nela, o paradigma dominante é a concepção liberal da relação entre o Estado e a sociedade. Este princípio dá os frutos de sempre: a priorização do capital, a subordinação do trabalho e a relativização dos direitos das pessoas. Isso se revelou em agosto de 2011, quando os indígenas amazônicos, embora ainda sejam poucos em número em comparação às etnias Aymara e Quéchuas do Ocidente Andino, que ainda apoiam Morales, iniciaram uma marcha rumo a La Paz para rejeitar a construção de uma estrada, que está a cargo da empresa brasileira OAS (com 80% de seu custo financiado pelo BNDES), que atravessaria o território indígena e o Parque Nacional Isidoro Sécuré no centro do país, e foram violentamente atacados pela força policial.

É verdade que a nova Constituição reconhece o caráter plurinacional da Bolívia e estabelece o direito dos povos indígenas e dos camponeses, mas a demência do chamado desenvolvimento, respaldada pela constitutiva subjeção do Estado ao mercado capitalista, acaba com a cosmovisão andina do Bem Viver e com o artigo 8 da Constituição, que estabelece: “O Estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não sejas preguiçoso, não sejas mentiroso nem ladrão), suma qamaña (viver bem), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem males) y qhapaj ñan (caminho ou vida nobre)”

A frágil e teimosa insurgência dos povos e das comunidades tradicionais, em defesa dos seus territórios e do seu jeito de reproduzir a vida, nos interpelam para um desafiador processo de escuta e de acompanhamento, de diálogo e de assessoria, de respeito e de atenção crítica. Estas mobilizações não são um fantasma do passado remoto, um museu, uma mera e arqueológica reproposição dos patrimônios culturais dos povos. Não são excentricidades ou relíquias históricas, mas projeto.

Fechando a moldura desta reflexão, acolhendo o convite de Walter Benjamin¹² com seu autômato que joga xadrez, não podemos esconder o “anão da teologia”, a dimensão do sagrado e das espiritualidades que fundamentam a resistência e as lutas destes povos. Porém, é indispensável que as confissões cristãs - sobretudo a católica - reconheçam a dimensão colonizadora da sua presença nestas terras. Na conquista ibérica da *Abya Ayala* o Cristianismo chegou junto com a espada, o Cristo chegou junto com o Rei. Não foi nenhuma "boa notícia" para os povos. A "evangelização" começou com a radical rejeição das espiritualidades indígenas e continuou com a implementação de uma política de demonização e de perseguição sistemática e violenta. O processo de conquista e colonização territorial é inseparável da colonização espiritual, em que não se nega apenas a experiência religiosa dos indígenas, mas se tenta acabar com todas as culturas, através da imposição da língua, dos costumes e da submissão política aos Reis e Papas de Europa.

Miguel León Portilla reporta o testemunho poético de Chilam Balam de Chumayel, maia do Yucatán. Eis o ponto de vista dos indígenas, que não pensaram que os estrangeiros eram deuses, mas o chamaram, desde o começo de *dzules*, “forasteiros”:

*Então tudo era bom
e então os deuses foram abatidos
Havia neles sabedoria.
Não havia então pecado,
não havia então enfermidade,
não havia dor de ossos,
não havia febre para eles,
não havia varíolas.
Retamente erguido ia seu corpo então.
Não foi assim que fizeram os dzules
quando chegaram aqui.
Eles nos ensinaram o medo,
vieram fazer as flores murchar.*

¹² "Conhecemos a história de um autômato construído de tal modo que podia responder a cada lance de um jogador de xadrez com um contralance, que lhe assegurava a vitória. Um fantoche vestido à turca, com um narquilé na boca, sentava-se diante do tabuleiro, colocado numa grande mesa. Um sistema de espelhos criava a ilusão de que a mesa era totalmente visível, em todos os seus pormenores. Na realidade, um anão corcunda se escondia nela, um mestre no xadrez, que dirigia com cordéis a mão do fantoche. Podemos imaginar uma contrapartida filosófica desse mecanismo. O fantoche chamado "materialismo histórico" ganhará sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia. Hoje, ela é reconhecidamente pequena e feia e não ousa mostrar-se." (BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, (Obras escolhidas, 1), 1985, p.222-232.

Para que sua flor vivesse

danificaram e engoliram nossa flor... (LEÓN PORTILLA, 1984, p. 59-60).

Esta trágica memória perdura até a atualidade. Conseguiu transitar, entre destruições, reconstruções, antropofagias, reinvenções, lutas, resiliências, clandestinas e perseguidas resistências, até os nossos dias. O que os europeus fizeram com os indígenas continuou, mais tarde, com os africanos deportados e escravizados. O legado colonial perdura até hoje, como desafio político para a sociedade como um todo, mas também como desafio teológico e pastoral para as Igrejas, sobretudo para a Igreja Católica. Podemos fazer memória daqueles religiosos, que, profeticamente, levantaram a voz para defender os indígenas e os negros e lembramos figuras como Bartolomé de Las Casas e Pedro de Córdoba (Chiapas, Mexico), Antônio Valdivieso (Nicarágua), Antônio de Montesinos (Santo Domingo) e outros. Todos eles pagaram a sua coragem com perseguições, exílios e morte matada, como aconteceu a Dom Oscar Romero (El Salvador, 1917-1980). E o seu testemunho, até hoje, é sinal de contradição nas Igrejas, em que somente setores minoritários não esquecem o legado profético da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968) e lidam com o desafio do pluralismo religioso e do macroecumenismo, à revelia de quem defende identidades únicas e ortodoxias, esquecendo o perdurar do processo colonial de submissão, inferiorização, desigualdade, etnocídio, patriarcalismo, racismo, machismo, LGBTfobia e discriminação.

É também a partir desta consciência autocrítica que, nas lutas por terra e territórios, temos a obrigação de dialogar com um sagrado plural e multifacetado, que pode se opor ao fundamentalismo hegemônico do capitalismo globalizado como religião. Yanomami, Mundurucu, Tupinambá, Guarani, Kaiowa, Terena, Mbya, Kaingang, Pataxo, Pataxó Hã Hã Hãe, Kaiapo, Tenetehara e muitos outros povos indígenas, quilombolas, Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais (MPP) e outras comunidades tradicionais põem-se como profecias existenciais. São pobres e marginalizados, são minorias, que, na ótica de uma Cristologia que privilegia os pobres crucificados e insurgentes, se opõem aos processos de deculturação e contra a imposição do "valor" do desenvolvimento econômico. São culturas (e civilizações) de “envolvimento”, mais que “desenvolvimento”. Vivem o presente, o passado só como herança significativa e o futuro só como algo já aqui e agora na conjunção de energias vitais suficientes para a luta e o Bem Viver. Nisto diferenciam-se radicalmente dos desenvolvimentistas de direita e de esquerda, pois não sacrificam o presente em busca de um futuro sempre mais inalcançável e que move o fetichismo da mercadoria-felicidade.

Estamos diante duma reinvenção dos povos como sujeitos políticos, em que a tradição do sagrado, do comunitário e da festa casam-se com o direito reconquistado de falar por si mesmos. Movimentos que não representam o atraso pré-moderno, mas que, pelo contrário, anunciam a esperança do novo em tempos de crise não só econômica e política, mas, sobretudo, civilizacional. Eles têm um recado para nós, para a modernidade enlouquecida e para o planeta doente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela de Paula. Quilombolas – etnicidades emergentes? Subsídios para uma discussão. In: **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n.1, jun. 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1).

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**: cartas e anotações escritas na prisão. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2003.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Conflitos e lutas sociais no campo maranhense: análise de suas principais tendências e perspectivas futuras. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et ali (Orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: Paco Editorial; EDUFMA, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A escravidão no Brasil venceu. Nunca foi abolida – Entrevistado por Cesar Sanson. **Revista IHU ON-LINE**. São Leopoldo, 16 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/529292-a-escravidao-venceu-no-brasil-nunca-foi-abolida-entrevista-com-eduardo-viveiros-de-castro>>.

DUSSEL, Enrique. Quem manda, manda obedecendo, In: _____. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 9. – GT “Estado e Agricultura”. Águas de São Pedro, 22 a 25 de outubro de 1985. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6122&Itemid=372 . Acesso em: 31 jul. 2016.

LEÓN PORTILLA, Miguel. **A conquista da América Latina vista pelos Índios**: relatos astecas, maias e incas. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José do Souza et al., **Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CANUTO, Antônio et al. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Questão Agrária, conflitos e ações emancipatórias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 2015. Goiânia: UFG, 2015.

SANTOS, Milton. A revanche do Território. **Folha de São Paulo**, 03 ago. 1997.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Por que combatemos?** Quarta guerra mundial, 1997. Disponível em: <<http://www.pampalivre.info/quartaguerra.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Abstract

We are celebrating forty years of the Pastoral Commission of Land (CPT), forty years, fraternally and sisterly, near the communities of the Brazilian oppressed and resistant peasantry. In this analysis we want to show the actual emergent actors of the struggle for land, after the apparent failure of the public policies wrongly named land reform. We don't desire to mythicize the current peasant's struggles, that are fruit of the successful organizations of the indigenous people and traditional communities, but we place emphasis on paradigms of resistance and territorial autonomy, against the capitalist companies and in absentia of the State. Within the various "vias campesinas" (stressing the plural!), we highlight the movements of Quilombolas and Xingu's peoples. In short, we support the perspective of a land reform built by peasant initiative. At the same time, we point at the fundamental importance of the religions and spiritualities for strengthen the actual processes of organization, articulation and mobilization of the land social movements.

Key words: territory, autonomy, decolonization, violence, insurgency, state, land reform, spiritualities, macro-ecumenism.

PARA COMPREENDER MELHOR OS GRÁFICOS E QUADROS

A metodologia variou durante esses anos de registro de conflitos.

1985 – 2000 – a CPT publicou as áreas em conflito

2001 em diante – publicou as ocorrências de conflito em cada acontecimento (data), somando o nº de famílias uma vez só.

1988 – início do registro das ocupações.

1988-1997 – as ocupações estão somadas no conjunto dos conflitos por terra nas publicações (colorimos de verde e citamos as ocupações para verificação dos números).

Acampamentos – (início do registro em 2001, por causa da MP do FHC, proibindo vistoria em áreas ocupadas)

Acampamentos, Ocupações e Conflitos por Terra (despejos, expulsões, bens destruídos, ameaças, pistolagens) – são somados para obtermos o conjunto dos conflitos por terra a cada ano.

Água (início dos registros em 2002 – porquanto desde 1985 os conflitos em áreas de Barragens são registrados como TEBA – Terra Barragem, e somados com os conflitos por terra. Em 2002 esses casos passaram a ser somados no conjunto dos conflitos pela Água).

1985-1996 (Trabalho Escravo não foi separado e está somado ao conjunto dos conflitos trabalhistas. Coloquei em vermelho os dados para sua verificação).

Conflitos Trabalhistas referiam-se nos primeiros anos da publicação: 1985-1986 a acidentes com boias-frias, greves, trabalho escravo. Em 1988 aparece somente trabalho escravo. Após 1997, aparece o termo superexploração e desrespeito trabalhista, porque muitos casos de exploração, não cabiam no âmbito do trabalho escravo, mais caracterizado pelo sistema de dívida. Porquanto estes casos não são menos graves, muitos assassinatos foram registrados no âmbito da superexploração ou desrespeito trabalhista). Citamos colorido de verde (sem incluir na soma) os acidentes com boias-frias nos referidos anos.

Conflitos Trabalhistas (menos Trabalho escravo, que começou a ser publicado separado) estão somados no conjunto OUTROS de 1992-1996.

Outros referem-se à soma dos conflitos de garimpo, seca, política agrícola. Porém nos anos 1992 até 1996, os conflitos trabalhistas estão somados no item, Outros.

Muito importante: no relatório Assassinatos e Julgamentos 1985-2014, somam-se 1723 assassinatos. A explicação é que na tabela que elaboramos, seguimos fielmente as publicações do Conflitos no Campo, ano a ano, para não haver discrepância naquilo que foi publicado. O relatório Assassinatos e Julgamento é atualizado, assim como é no banco de dados, que é histórico, é movimento; os dados atrasados, são registrados quando chegam ao nosso conhecimento.